

ALGUMAS CATEGORIAS ÚTEIS PARA PENSAR A TERRITORIALIDADE DA SERRA CATARINENSE

Geraldo Augusto Locks⁷⁸

No desenvolvimento do Projeto Educação do Campo: novas práticas realizado com gestores, professores, organizações e movimentos sociais envolvidos com a educação do campo na serra catarinense a partir de 2009, surgiu entre outras demandas a necessidade de se elaborar material didático a ser utilizado nas escolas do campo. Dentre muitas temáticas apontadas, uma delas foi a "identidade sócio-cultural". Ou seja, privilegiar no processo de ensino aprendizagem do campo o estudo em torno do modo como a população da serra catarinense ao longo de sua história tem construído o seu retrato ou seu jeito de produzir sua existência e seu modo de viver. Assim, a escola do campo

estaria enfrentando o desafio de realizar uma educação contextualizada, ao mesmo tempo, construindo conhecimentos significativos relacionados com as características do local, do regional e do global, com as necessidades e interesses dos sujeitos envolvidos com a educação do campo.

Este texto se propõe a refletir sobre elementos que apontam para o retrato da serra catarinense constituindo-se em um material paradidático a ser utilizado pelos sujeitos que realizam a educação do campo — gestores, professores, alunos e a comunidade do entorno da escola. Para cumprir este objetivo o texto inicia com a apresentação de três ferramentas que podem ser úteis na realização deste trabalho: identidade, cultura e território. Depois reflete sobre quatro aspectos que, do ponto de vista antropológico, devem ser considerados quando se desenha a identidade sociocultural da população de uma região, colocando em cena a serra catarinense.

⁷ Dr. em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. (26 de fevereiro de 1953 - 15 de outubro de 2022)

⁸ Artigo originalmente publicado na cartilha: CENTRO VIANEI. Educação do Campo: novas práticas. 2010

Portanto, trata-se de uma reflexão que busca provocar o estudo sobre a identidade podendo esta, ser delineada diferentemente em cada contexto e propósito em que for discutida.

1. CATEGORIAS ÚTEIS DE ANÁLISE

Identidade

O estudo da identidade responde a muitas perguntas feitas por um sujeito ou um determinado grupo social.

Quem somos?

Como nos constituímos ao longo de nossa história?

Por que somos semelhantes e ao mesmo tempo diferentes de outros grupos ou de outras sociedades humanas?

O que nos singulariza em relação a outros grupos sociais existentes em outras regiões do Estado de Santa Catarina ou de outros Estados do Brasil?

A identidade é percebida pela relação que fazemos de uma pessoa com outra, de um grupo com outro grupo social. Ela emerge da comparação estabelecida entre os habitantes de uma região com outra região. Pode-se então pensar nas diferenças e semelhanças entre os habitantes da serra e os habitantes do litoral catarinense. É possível ver as diferenças e semelhanças entre o povo do sul e do nordeste brasileiro. Fica evidente os diferentes estilos de vida dos povos indígenas, dos afro-descendentes, de caboclos, de descendentes de italianos, alemães, e tantos

outros existentes em Santa Catarina, no Brasil, em nosso continente latino-americano e pelos demais continentes. O tema da identidade é útil para se pensar o lugar onde nascemos, vivemos e trabalhamos. Inclusive para pensar a realidade do campo e da cidade no que diz respeito aos estilos de vida, valores, condutas, o que se pensa sobre o significado da terra e da vida no campo, por exemplo.

Aprofundando ainda mais, vemos que a identidade ajuda a perceber as diferenças, os contrastes, as semelhanças entre indivíduos, famílias, grupos sociais, comunidades e sociedades. Facilmente podemos identificar o aparecimento da identidade: ela se revela silenciosamente através da cultura, pelos estilos de vida, hábitos, costumes, comportamentos, linguagem, música, arte, religiosidade, alimentação, no modo de vestir, no cuidado com o ambiente, na organização social, econômica e política da comunidade. Importante destacar na descrição da identidade como acontece a organização da sociedade civil, através de sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais, da organização da juventude e das mulheres; a participação do povo do campo em associações de produção, comercialização, de crédito, práticas de economia solidária, inclusive no modo como é visto a vida no campo e na cidade. Até mesmo, a relação do campo com a cidade e vice-versa. Pode-se pensar o campo e a cidade como espaços complementares, em oposição ou até mesmo em uma classificação

hierárquica vendo um superior ou subordinado ao outro. Claro, a identidade de uma comunidade do campo também se afirma pela relação que estabelece com sua escola e a educação do campo. É verdade que uma comunidade do campo sem a presença e o funcionamento de sua escola revela uma identidade empobrecida, esfacelada ou incompleta.

No espaço do campo a identidade revela-se igualmente no modo como a terra está distribuída, no jeito como cada família escolhe o modelo de agricultura, se é agroecológica ou se é agricultura química; se é o modelo da agricultura familiar ou se é o agronegócio; o que cada unidade familiar planta, o que consome, o quê e como vende os produtos. Assim, basta permanecer atento para observar a importância e a manifestação da identidade. Esta ferramenta tem ajudado muito a distinguir a realidade e a vida no campo, a pensar a escola e a educação do campo levando em conta as especificidades, a diversidade e a complexidade existente entre os povos que vivem e trabalham no campo.

Cultura

A outra ferramenta de trabalho é a cultura. Ela pode nos ajudar de muitas maneiras, principalmente, a entender melhor o que acontece em nosso mundo e em nossa vida social. É muito comum se ouvir dizer que "José não tem cultura", que "Joana é muito culta". Este entendimento de cultura se refere a um determinado nível de conhecimento ou

de escolarização. Às vezes é referido deste modo para indicar uma pessoa muito bem informada, detentora de muitos títulos, diplomas. Outras vezes, porque desenvolve boa comunicação, utiliza um vocabulário variado, tem um status ou liderança reconhecida no grupo social. E, até mesmo este conceito de cultura pode ser confundido com inteligência. Então, é preciso estar atento, pois, como recomendam os estudiosos da cultura, este conceito pode se constituir em uma arma discriminatória. Ele pode ser usado para classificar pessoas, grupos, comunidades, um determinado espaço como o campo ou a cidade. É deste conceito que emergem estereótipos e preconceitos sobre pessoas ou lugares. Quem já não ouviu dizer que "no campo não tem cultura?", que "o campo é atrasado!" "A cidade sim que é lugar de cultura, de progresso, onde vive a civilização!". A discriminação por este uso da palavra cultura pode se dirigir contra o gênero, etnia, idade, profissão, um grupo social, até mesmo uma comunidade inteira. Trata-se do conceito de cultura no sentido do senso comum, muito utilizado em nosso meio. Como se pode observar é um conceito restrito, excludente, gerador de muitos problemas, inclusive interferir no desenvolvimento de uma população.

Podemos então pensar em outro conceito de cultura, denominado de antropológico. Aí sim, a cultura é tomada num sentido bem mais amplo e englobante. Entre muitos conceitos, podemos apreender o

conceito de Da Matta (1978), para quem, cultura é um conceito-chave para a interpretação da vida social, sendo a "maneira de viver total" de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Mais, cultura opera como um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos. Neste sentido podemos pensar na cultura do povo serrano, na cultura dos habitantes que residem em um município, na cultura urbana ou até mesmo na cultura do campo. Podemos nos referir também a gêneros de cultura que são equivalentes a diferentes modos de sentir, celebrar, pensar e atuar sobre o mundo. A cultura de povos indígenas, a cultura cabocla, a cultura dos povos que vivem em quilombos, a cultura dos descendentes de europeus, dos sírio-libaneses, japoneses, letos que vieram da Lituânia, no leste europeu, para a serra catarinense.

Outra contribuição do conceito de cultura é que ele permite a descoberta do "outro". Ninguém se desenvolve sozinho na sociedade. A vida social acontece nas diferentes formas de relações que são estabelecidas no dia-a-dia da vida das pessoas. O eu está sempre relacionado com o tu, ou com o ele, denominado de outro. Se o ser humano é igual em sua constituição biológica, é absolutamente diferente um do outro, e o que faz esta diferença é a cultura produzida, transmitida e aprendida por uma pessoa ou por um grupo social. O outro

sempre é diferente e coloca o desafio permanente de ser identificado e respeitado em suas diferenças. Neste sentido, constata-se uma tremenda dificuldade na vida social de respeitar e dialogar com o outro, com a diferença. É que somos etnocêntricos, isto é, classificamos o outro, os outros, pelos valores da nossa cultura. Vemos o mundo a partir de nosso mundo, e não como um mundo entre outros mundos, sem superiores, nem inferiores, mas diferentes. Como sair da armadilha de ver o outro ou o mundo dos outros classificando de bom ou ruim, inferior ou superior, feio ou bonito? Assumir a diferença não significa que abolimos o direito de discordar, pois também somos diferentes para o outro. O caminho que podemos fazer é praticar constantemente a ética do respeito, do reconhecimento da alteridade; exercitar o que Paulo Freire denomina de pedagogia do diálogo com o outro, isto pode ajudar na visão de um mundo social onde a diferença, a presença de muitas culturas, conseqüentemente de diferentes modos de vida, constituem a riqueza da sociedade humana.

Afinal, precisamos uns dos outros para a realização de nossa condição humana e de nosso desenvolvimento como grupo social. Afirmou Benedict (Apud LARAIA, 2002, p. 67), "que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo". Ou seja, vemos o nosso mundo e o mundo dos outros com os valores, os comportamentos normatizados de nossa herança cultural desenvolvida através

de inúmeras gerações. Por isto, precisamos conhecer nossa cultura, reconhecer a dos outros para conviver em uma sociedade multicultural, pluri-étnica, onde emerge cada vez mais o direito à diferença e o reconhecimento da diversidade, comportamentos, modos de pensar e de viver. Estamos concebendo nossa sociedade construindo incessantemente a democracia como criação, garantia e consolidação de direitos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Território

A terceira ferramenta que ajuda demonstrar o modo como a serra catarinense tem sido construída é exatamente o conceito de território. Há tempos ainda recentes ensinava-se que território indicava o tamanho de um país, de um estado ou de um município. Portanto, território identificava o espaço físico, por isto, dizia-se que o Brasil podia ser visto como um grande continente com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados.

O processo de globalização neoliberal acabou difundindo o mito do "fim dos territórios" onde o espaço local estaria subordinado ao global. Foi quando apareceu também a palavra "desterritorialização" para se referir à territorialização extremamente precária a que estão sujeitos, cada vez mais, os "sem-teto", os "sem terra" e outros tantos grupos sociais minoritários na sua luta pelo "território mínimo" do abrigo e do aconchego cotidianos (HAESBAERT, 2006). O fato é que

emergiu uma verdadeira explosão de idéias em torno da palavra território. Atualmente este conceito remete para outros significados. Território hoje compreende muitos aspectos da realidade vivida por uma comunidade ou uma sociedade. Neste sentido, espaço físico e território não se confundem. O espaço é anterior ao território. Podemos identificar um determinado espaço físico que não nos diz nada sobre o território. Este resulta das relações estabelecidas pelos sujeitos ou indivíduos que vivem num espaço físico. Portanto, são as pessoas que fazem o território através de suas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Neste sentido não se compreende o território como espaço fechado. Sendo suas fronteiras flexíveis, ele se constrói através de redes estabelecidas por atores internos e externos que interagem entre si. Hoje vivemos um mundo feito de redes materiais e virtuais. Resumindo, podemos afirmar que o território é constituído pelo conjunto das relações existentes entre os indivíduos na identificação de seus problemas, dilemas, contradições presentes na vida social e também na busca de suas soluções. Como é da natureza da vida social, o território se constrói e se mostra muito dinâmico, complexo, diversificado, merecendo sempre um olhar atento e crítico para sua compreensão e construção.

Dito de outra maneira, o território é a casa onde vivemos, trabalhamos e fazemos a nossa história. Reflete-se ainda sobre o território no sentido amplo, segundo Haesbaert

(2006) que vai desde um nível físico ou biológico (enquanto somos seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres que somos dotados de poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo distinções de classe sócio-econômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, etc. Haesbaert (2006) recomenda que devemos priorizar a dinâmica combinada de múltiplos territórios (...) "no caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço". De modo que, podemos nos referir a um território educacional, econômico, político, ambiental, em suas especificidades ou integrados como, por exemplo, se aborda o desenvolvimento territorial sustentável.

2. A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA SERRA CATARINENSE

Diferentes aspectos podem ser identificados na construção de um território. Para o objetivo deste texto vamos considerar quatro aspectos: a forma de ocupação e estruturação do espaço físico com o foco na estruturação fundiária; a presença e os cruzamentos étnicos caracterizando diferentes

culturas ou modos de vida de grupos sociais; as atividades econômicas desenvolvidas, ou seja, o modo como um determinado grupo produz e distribui os bens (materiais, políticos e simbólicos) necessários à vida de seus membros. Afinal, os seres humanos ao trabalharem, transformam o mundo, se constroem e garantem sua existência. Sabe-se que as atividades econômicas ou modos de produção da existência humana se diversificam ao longo da história e devem ser cumpridos todos os dias e todas as horas, como afirmam Marx e Engels, simplesmente para manter os homens vivos. Afinal, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. Estamos nos referindo ao primeiro ato histórico dos homens, ou seja, a produção dos meios que permitam a satisfação das necessidades, a produção da própria vida material (MARX e ENGELS, 1986). Finalmente, o quarto aspecto, as relações de poder. Elas existentes em todos os grupos sociais e em todas as sociedades são outro componente importante da construção do território. Sabemos que onde existe uma interação entre pessoas estará presente o poder. Ele é parte constituinte das relações humanas. As relações de poder se expressam nas relações entre os membros de uma família, de um grupo social, ou mesmo de vizinhança, na comunidade, nas organizações sociais, econômicas e políticas, sendo mais amplamente visíveis nas relações e atuação da organização jurídica e política que

denominamos de município, estado ou de país. Passemos agora a refletir sobre cada um desses marcadores e indicadores da constituição de uma determinada territorialidade.

A forma de ocupação e estruturação do espaço físico

No século XVIII o Brasil ainda mantinha-se colônia de Portugal. Suas atividades econômicas eram quase totalmente orientadas e conduzidas para a metrópole. Isso ocorreu com a exploração do Pau-Brasil, do açúcar, da pecuária, do ouro, da borracha, do cacau, entre outros. No período de extração de minérios a economia concentrava-se no estado de Minas Gerais. O transporte era feito por animais, e para manter os trabalhadores escravos na exploração do ouro era fundamental o alimento, particularmente, a carne-charque que vinha do sul. É neste contexto que surge o Caminho das Tropas, começando em Viamão, Rio Grande do Sul, indo até Sorocaba, São Paulo, por onde passavam tropas e tropeiros conduzindo os animais e alimentos para atender as demandas do Ciclo do Ouro. Ao longo do Caminho das Tropas foram surgindo povoados, vilas e pequenas cidades por onde os tropeiros paravam para o descanso e o abastecimento das tropas, entre elas, a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens (LOCKS,2006).

Além deste fato de natureza econômica, o Governo Colonial, precisava manter a

integridade do espaço físico conquistado. Os espanhóis ameaçavam constantemente entrar e ocupar espaço no sul pertencente a Portugal. Era preciso enviar uma expedição para assegurar estas terras, plantar uma bandeira de pertencimento, evitando qualquer obstáculo. Coube ao fazendeiro Antônio Correia Pinto de Macedo realizar esta tarefa. Em 1766 acompanhado de sua família, de um contingente de escravos e outros ajudantes, desce de São Paulo para fundar no Planalto Serrano, a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, hoje conhecida como cidade de Lages.

Ao chegar naquele lugar de destaque para o descanso e o abastecimento de tropas, Correia Pinto tratou logo de executar seu empreendimento colonial. Enfrentando índios Kaingang e Xocling, habitantes encontrados ali, logo começaram os conflitos. Um verdadeiro genocídio (eliminação física de um grupo social) e um etnocídio (eliminação da cultura) foram praticados sobre os índios para dar lugar à primeira atividade econômica na região: a criação de gado sob uma estrutura agrária latifundista.

As atividades econômicas

Através do regime vigente de sesmaria, senhores próximos e colaboradores do empreendimento de Correia Pinto, receberam do Governo Colonial, grandes fazendas para a criação de gado. Nascia daquela forma a estruturação fundiária na região, caracterizada por grandes extensões de terra, apropriadas

por poucos e grandes proprietários. Este modo de produção, isto é, esta atividade econômica iria se estender de 1766 a 1940. Paralelo às grandes fazendas que ocuparam o campo aberto com suas pastagens nativas, coexistia a pequena propriedade localizada nas barrancas de rios ou terras dobradas onde basicamente se cultivava o milho e o feijão para a subsistência, residindo aí a origem do modelo de agricultura familiar da região. Não se pode subestimar este período e esta atividade, pois é desse período grande parte da herança cultural transmitida às futuras gerações da sociedade serrana.

Somente a partir de 1940 é que a pecuária extensiva apresenta sinais de declínio e inicia o conhecido "ciclo da madeira". O Brasil, tendo no Governo Central, o presidente Getúlio Vargas, vive um processo de desenvolvimento marcado pela industrialização e urbanização. O setor da construção civil vive um momento de ascensão extraordinário. A madeira é um componente fundamental demandado nas principais cidades do país. Em Lages e região existiam verdadeiras florestas de pinheirais até então intocáveis, sendo aproveitado somente o pinhão para alimento destinado à população e aos animais.

São, principalmente, os gaúchos de origem italiana que a partir de 1940 se deslocam do Rio Grande do Sul para Lages com objetivo de explorar a atividade econômica da madeira. Serrarias se espalham por toda parte. Em pouco tempo muda a

paisagem serrana: vilas de operários se formam ao redor das serrarias; clareiras se abrem nas florestas de araucária, quando não são eliminadas totalmente. Lages passa a viver um período de euforia desenvolvimentista. A cidade cresce. Recebe o apelido carinhoso de "Princesa da Serra". Inauguram-se as primeiras salas de cinema. Implanta-se o sistema financeiro através da vinda dos primeiros bancos. Constrói-se nesse período a BR 116, facilitando as comunicações entre a região, o estado e o país. Mas, a euforia foi paralisando quando o período da exploração da madeira apresentou sinais de declínio. Ao lado da exploração predatória, não houve a preocupação com a recomposição das florestas de araucária que apresentam um ciclo longo para seu aproveitamento. As serrarias foram fechando e os trabalhadores com suas famílias, agora na condição de ex-operários da indústria madeireira da região, começavam a se deslocar para Lages ou outras cidades de Santa Catarina. Sem mais perspectiva de trabalho buscava melhores condições de vida, ou seja, trabalho na cidade, onde necessariamente iriam demandar também moradia, infra-estrutura urbana, saúde, educação e transporte. A mão de obra que a cidade apresentava não era compatível com o saber fazer daquela população. A cidade passou a viver uma crise sob vários aspectos. Calazans, citada por Peixer (2002), resume a situação de Lages no fim do Ciclo da Madeira assim:

A década de 70 iniciou de forma difícil para a cidade de Lages. Este período demarca o final do ciclo da madeira, que tinha alterado todo contexto sócio econômico, e também democrático, da região serrana de Santa Catarina. As reservas florestais tinham sido esgotadas; a maior parte das serrarias localizadas no interior do município e da própria região, haviam encerrado sua atividade, por falta de matéria-prima, as grandes indústrias madeireiras situadas no perímetro urbano, estavam em declínio de produção; os contingentes de trabalhadores, liberados das serrarias, aportavam na cidade, em busca de outros lugares de trabalho, as periferias da cidade iam se ampliando consideravelmente. No setor primário (agricultura e pecuária, as perspectivas eram reduzidas, por força de toda a estagnação que fora produzida no decorrer do período da industrialização da madeira. Na área de prestação de serviços, o sistema de manutenção mecânica e o sistema de transporte, criados para sustentar o ciclo da madeira, também entravam em colapso". (PEIXER, 2002, p.175 e 176).

A economia serrana ao longo das décadas seguintes veio sendo caracterizada por incerteza, falta de perspectivas, sobretudo, por um desnorreamento dos seus rumos futuros. Costuma-se afirmar que o modelo de desenvolvimento da serra catarinense é socialmente excludente, economicamente injusto, politicamente concentrador, ecologicamente insustentável. Hoje, o modelo

mantém velhas e novas contradições. De um lado, observa-se o desenvolvimento do comércio, da construção civil, da democratização do acesso à educação básica, da multiplicação de instituições de ensino superior públicas e privadas, diminuição do déficit habitacional, alguns avanços no atendimento à saúde e a infra-estrutura urbana. No campo multiplicam-se grupos de agricultores que fazem uma agricultura alternativa ou orgânica, progressivamente rompendo com o modelo da agricultura química. Na última década quatro assentamentos de reforma agrária se consolidaram indicando a possibilidade de uma distribuição justa da terra na região. Do ponto de vista ambiental, a região ainda oferece água de qualidade, e algumas administrações já se preocupam com o tratamento do esgoto e do lixo.

De outro lado, grande parte da população continua sem acesso a formação, tanto nas pequenas cidades que circundam Lages, quanto no município de Lages, dificultando assim, o acesso ao emprego, a segurança alimentar, e a infra-estrutura urbana.

Pode-se resumir o cenário regional hoje em três aspectos: um deserto verde constituído pela predominância da monocultura do pínus, a matéria prima para a indústria papeleira multinacional; um deserto azul formado pelos grandes lagos gerados pelo barramento dos rios da região realizado pelo consórcio de grandes empresas do aço,

cimento e ferro, cuja finalidade é a geração de energia concebida como fundamental para o desenvolvimento nacional ou o necessário "progresso"; e desertos sociais emergem no campo resultante da migração de jovens que provocam vazios demográficos, envelhecimento, masculinização da população rural e eliminação de instituições sociais locais, como por exemplo, a escola do campo.

Novas apostas são feitas na atividade do turismo, cultura da vinicultura, fruticultura, mas de modo geral, são iniciativas de famílias ou grupos econômicos que tem acesso facilitado ao crédito e financiamentos, porém, a maioria da população ainda está na condição de baixa renda ou excluídos do sistema. Grupos de dentro ou próximos do Estado são os primeiros a serem privilegiados pelas políticas públicas. A economia nunca esteve dissociada da política. Um dos problemas a ser enfrentado pelas políticas públicas promotoras de atividades de geração de trabalho e renda é a constituição de mecanismos de participação popular. Regra geral, as iniciativas de estimular vinda de uma empresa, a decisão de realizar determinado empreendimento é tomada pelos que integram a associação comercial e industrial da cidade ou do município. A população assiste e sofre as decisões tomadas pela elite econômica. Ela não encontra ou tem dificuldades de criar mecanismos de participação nas decisões de geração de trabalho e renda sem a participação do poder público.

Um campo que no Brasil vem conquistando adesão de muitos segmentos sociais, sobretudo, agrupamentos sociais excluídos do mundo do trabalho é o campo da Economia Solidária. Trata-se de outra maneira de organizar o mundo do trabalho com mudanças profundas na gestão, na participação no trabalho e na distribuição dos frutos do trabalho. Em qualquer um dos municípios da serra catarinense é possível encontrar grupos de trabalhadores — assentados, reassentados, grupos de mulheres, operários da construção civil, operários moveleiros, agricultores familiares, que trabalham sob a orientação dos princípios da economia solidária. Não resta dúvida que esta forma de organizar a economia a serviço da vida possibilita o protagonismo de grupos sociais excluídos e que podem se tornar protagonistas de sua própria emancipação como sujeitos de direitos. Evidentemente que, neste campo, também é indispensável a atuação do estado em suas três esferas viabilizando políticas públicas incentivadoras da Economia Solidária. Em síntese a construção do território da serra catarinense, do ponto de vista de suas atividades econômicas, historicamente é repleto de contradições sociais, econômicas, políticas e ambientais. Contudo, ao lado de muitos limites, suas potencialidades estão abertas para o futuro das gerações atuais e futuras.

Os cruzamentos étnicos

Nosso pressuposto é que o espaço da grande fazenda de criação de gado foi o lócus principal onde se forjou a cultura serrana. Ali se cruzaram identidades étnicas como a presença do índio, o habitante nativo, o branco paulista descendente de português, o negro na condição de escravo e o denominado caboclo que foi se multiplicando com o cruzamento do branco com o índio. A presença de descendentes de açorianos que deixaram o litoral catarinense e de espanhóis oriundos do Rio Grande do Sul através do caminho das Tropas diversificou os grupos étnicos na Serra Catarinense. Ao longo do século XIX e começo do século XX somaram-se ainda descendentes de alemães e italianos, Basta observar a constituição do povo nos municípios de Bom Retiro, Urubici, Bocaina do Sul, Celso Ramos, Anita Garibaldi, inclusive São José do Cerrito. Em meados deste último século chegaram sírio-libaneses, os primeiros mascates em Lages. Eles percorreram a maioria dos municípios ao redor da serra. Os japoneses que se espalharam por Lages, São Joaquim, Curitiba e Campo Belo do Sul. Temos aí uma diversidade de etnias, de culturas, ou modos de vida que demonstram diferentes identidades étnicas, uma grande riqueza que constitui a população da serra catarinense. O documentário da RBS/TV — Herança da Serra - (2004), ilustra bem o que estamos afirmando, ao identificar como cada etnia concebe o significado da terra, família,

trabalho, alimentação, religiosidade e sentido de pertencimento ao lugar onde nasceu e vive.

Referir-se à etnia implica em reconhecer culturas, grupos sociais diversos. De modo que, do ponto de vista étnico na serra catarinense deve-se reconhecer múltiplas identidades étnicas, ou seja, diferentes modos de viver, celebrar e classificar o mundo. Somos um conjunto social constituído por diferentes etnias. De um lado, somos o povo serrano, mas um povo que se expressa culturalmente de diferentes maneiras, no jeito de viver, no sotaque, na vestimenta, na culinária, nas maneiras de se relacionar, no ritmo de vida, no pensar o sentido do trabalho, na religiosidade. Nesta perspectiva, somos uno enquanto constituímos o povo serrano, mas somos diversos quando consideramos os diferentes gêneros culturais. Portanto, em vez de se afirmar a homogeneidade da cultura, o que predomina é diversidade cultural.

Já não é possível pensar da mesma forma quando nos referimos aos critérios das condições sócio-econômicas. Em vez da diferença, aqui temos que pensar no valor da igualdade. Diante dos índices de desenvolvimento humano, vemos uma sociedade demarcada pela desigualdade social. Ou seja, a distribuição da renda, as oportunidades de emancipação dos sujeitos, o acesso aos bens necessários à vida de qualidade social, são problemas estruturais que desafiam uma sociedade que ainda sonha com a democracia social, política, econômica

e cultural. Então, se de um lado, aplaudimos a diferença cultural, de outro, haveremos todos de combater a desigualdade social. Políticas de transferência de renda e políticas de resgates de dívidas sociais, econômicas e culturais devem ser saudadas como bem vindas no empoderamento de segmentos sociais que querem ver suas dívidas históricas resgatadas. Mulheres, afro-descendentes, caboclos, agricultores familiares, trabalhadores informais, são exemplos de agrupamentos sociais credores das políticas e ações a serem implementadas pelo Estado com a participação e o controle da sociedade.

As relações de poder

As relações de proprietários de grande extensões de terra e de gado e a força de trabalho de não proprietários, definiram logo a sociedade de classe na serra catarinense. O modo de estruturar a família e a hierarquia social também emergiu do espaço da fazenda. Conhecemos deste período o modelo de família extensa feita por laços de parentesco, mas ampliada por trabalhadores peões, agregados ocupados com a rotina de trabalho na fazenda. Neste ambiente o poder está concentrado nos proprietários de terra e gado. Os demais trabalhadores da fazenda ou não, vivem uma relação de dominação/submissão. A este tipo de poder chamamos de mandonismo local. O dono de terra e de gado, também é "dono" de gente. Nesse ambiente desenvolve outra relação social, política e econômica denominada de coronelismo. Um

fazendeiro vai se tornar coronel quando, tendo já o domínio político em sua localidade, candidata-se numa determinada eleição, vence e torna-se prefeito, deputado ou governador.

O poder que ele detinha ou detém tem origem na propriedade da terra e do gado, agora se reveste da força do voto. Deste modo, combinam-se dois poderes: o poder advindo da terra e o poder da representação sustentada pelo voto. Espaços privado e público são as duas caras do poder em uma mesma moeda — o coronelismo. Para cimentar e dar continuidade a esta relação, eleitos e eleitores passam a viver uma relação denominada pelo clientelismo. Ou seja, o coronel eleito mantém sua clientela, diga-se, eleitores, amarrados pela instituição do favor. Facilmente o público é confundido pelo privado. Os eleitores vivem das benesses, dos favores, dos auxílios, doações feitas pelos políticos eleitos. Outra instituição social e religiosa que dá consistência para estas relações de poder é o sistema do compadrio. Ele cria laços, institui o social, atravessa e horizontaliza as relações de proprietários e não proprietários. Cria uma solidariedade e estabelece alianças entre políticos profissionais e sua base social; desenvolve um sentimento de fidelidade e confiança entre e intra-classes. Observando esta estrutura social, política e econômica é que podemos compreender a persistência do espaço da grande fazenda de criação de gado, por mais de dois séculos, contribuindo fortemente para

a construção da identidade do território da serra catarinense. É compreensível que este sistema se espalhou de Lages para outros lugares, expressando-se em pequenas cidades e municípios da região.

Torna-se importante destacar que estas relações de poder ainda persistem hoje entre muitos segmentos sociais da serra catarinense. Isto pode ser observado desde o espaço doméstico nas relações familiares, na prática de uma liderança na comunidade, no comportamento de um presidente de associação de moradores, nas atitudes de um político ou atrás do balcão de um órgão público, e outras tantas relações sociais.

3. TERRA DE CORONÉIS, PRINCESA DA SERRA, CIDADES DE ESPOLIADOS E A TERRITORIALIDADE QUE QUEREMOS!

O subtítulo acima tem a intenção de provocar e revelar as contradições sociais, econômicas e políticas que permanecem na história de construção da territorialidade da serra catarinense. Mas, também pretende lançar um olhar para o futuro.

Sim, quase dois séculos e meio a sociedade serrana foi presidida pela cultura de fazenda (LOCKS,1998). Foi este o lócus de onde se constituíram as etnias fundantes, se engendraram relações sociais, formas de poder e as condições sócio-econômicas de grande parte da população serrana. "Terra de coronéis" porque foi a terra de onde emanou o poder político e econômico da serra por longo período, fundado em relações de

dominação/submissão. Costuma-se encontrar na literatura sobre o mando na serra que fazendeiro foi "dono de terra, gado e gente".

Este fenômeno externalizou-se nas relações familiares, de vizinhança, no mundo do trabalho, no sistema de compadrio e nas formas de exercer o poder político em âmbito do local, regional, estadual e nacional.

"Princesa da Serra" sintetiza o período da euforia desenvolvimentista (1940-1970) em que as aparências apontavam para o desenvolvimento da região, quando na verdade traduziu um crescimento econômico concentrador e excludente. O segmento social que mais ganhou, mas nunca distribuiu equitativamente os resultados do trabalho, na sua grande maioria, não permaneceu em Lages ou na região. Na década de 1970 já era identificado o outro lado do modelo implementado: empobrecimento, êxodo, aumento das franjas das pequenas cidades, com especial concentração de população pobre na cidade de Lages, designada de "cidade dos espoliados" (PEIXER,2002).

Neste cenário ficou conhecido nacionalmente uma prática de governo com municipal que se diferenciou da maioria absoluta dos municípios brasileiros que sobreviviam no contexto do regime ditatorial (1964-1984). Importante destacar, sem entrar nos detalhes deste período denominado de "A Força do Povo" que o povo serrano historicamente já demonstrou sua potencialidade e capacidade de engajar-se em práticas políticas participativas e de projetos

de sociedade que privilegiam a defesa e o exercício dos direitos da cidadania.

E o futuro? Compreendendo que o ser humano é produto e produtor da história, dentro das condições dadas hoje, o futuro também está nas mãos dos homens e mulheres que hoje vivem e produzem sua existência na serra catarinense. Apontamos aqui, entre tantas possibilidades, duas políticas públicas que poderão proporcionar melhores condições de vida para a população que hoje encontra-se em situação de vulnerabilidade: a) amparado na legislação do MEC/SECAD, fazer valer a Educação do Campo possibilitando acesso universal e de qualidade da educação do campo até o ensino médio profissionalizante, explorando suas diferentes modalidades. De modo geral, em termos de educação é fundamental continuar investindo na oferta de cursos de nível médio profissionalizante sem se fixar na empregabilidade, mas no empreendedorismo social; continuar ampliando o acesso às instituições de ensino superior, mas que alie ensino, pesquisa e extensão. b) implementar a Economia Solidária como política pública sob responsabilidade do Estado em todas as suas esferas. Os princípios que orientam esta forma de fazer economia tem condições de fazer com que os indivíduos possam se constituir em sujeitos de sua própria emancipação social, econômica e política.

Grandes projetos, implantação de grandes empresas, já mostraram que o benefício social tem endereço curto,

55 Revista Ambientes em Movimento

privilegiando empresários e um número diminuto de trabalhadores cuja mão de obra exigida é super especializada. Regra geral, estes projetos ou grandes empresas são decididos por associações de empresários que em nome do desenvolvimento regional miram seus objetivos empresariais. Por último, é preciso reiterar que desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico, mas nele deve estar contido um projeto social, onde ganham as gerações presentes e futuras, é nesta perspectiva que deve ser pensado e planejado o atual desenvolvimento da territorialidade da Serra Catarinense.

REFERÊNCIAS

DA MATTA, Roberto. "Você tem cultura?". In: **Explorações: Ensaios de Sociologia Interpretativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002

LÓCKS, Geraldo Augusto et al. **Caminho das Tropas**: caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: Editora Uniplac, 2006.

LÓCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos Agricultores Familiares de São José do Cerrito, SC**. Dissertação de Mestrado. UFSC/PPGAS. 1998.

MARX K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Editora Uniplac, 2002.